

Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: sexualidades, estatísticas e normalidades configurando a *Persona Numerabilis*

Tito Sena¹
Mara Coelho Souza Lago
Miriam Pillar Grossi

1. Introdução

Este artigo é uma síntese da Tese de Doutorado elaborada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, na área de Estudos de Gênero, sendo o resultado de uma pesquisa documental com base nos três clássicos relatórios² sobre sexualidade publicados no século XX: os relatórios Kinsey, intitulados *O Comportamento Sexual do Homem* e *O Comportamento Sexual da Mulher* e editados, respectivamente, em 1948 e 1953; os relatórios Masters & Johnson, intitulados *A Resposta Sexual Humana* e *A Inadequação Sexual Humana*, publicados em 1966 e em 1970; e os relatórios Hite, nomeados *O Relatório Hite sobre a Sexualidade Feminina*, de 1976, e *O Relatório Hite sobre a Sexualidade Masculina*, de 1981.

A pesquisa não pretendeu analisar a conteúdo interno dos relatórios ou aprofundar interpretações pontuais de seus dados estatísticos, mas verificar as condições de emergência histórica e de permanência como fontes válidas no presente sobre as sexualidades masculina e feminina. Foi um estudo numa perspectiva interdisciplinar, utilizando preferencialmente o instrumental teórico e metodológico³ do pensador francês Michel Foucault (1926-1984).

Os relatórios, produzidos nos Estados Unidos, obtiveram repercussão mundial, e os comportamentos sexuais relatados confidencialmente por homens e mulheres através de enquetes e de entrevistas, de algum modo, integraram-se às práticas coletivas com status de verdades científicas. Além disto, seus lançamentos geraram desdobramentos e reações nas áreas das ciências biológicas, ciências da saúde e ciências humanas, fossem na forma de defesas entusiásticas ou de oposições críticas severas.

O artigo fornece uma breve exposição sobre os aportes teóricos, principalmente os conceitos de confissão (Michel Foucault) e de norma e normal (Georges Canguilhem). Segue-

¹ Psicólogo (UFSC-1994), Especialista em Educação Sexual (UDESC-1997), Mestre em Psicologia (UFSC-2001), Doutor em Ciências Humanas (UFSC-2007), Professor efetivo da UDESC.

² As edições consultadas e arroladas nas referências bibliográficas foram: KINSEY et al (1949, 1954), MASTERS & JOHNSON (1976, 1981, 1984) e HITE (1979, 1982).

³ O instrumental metodológico está descrito na obra *Arqueologia do Saber*, publicado originalmente em 1969. Ver FOUCAULT (1995).

se uma descrição sucinta dos relatórios e de seus autores, encerrando com algumas elaborações reflexivas decorrentes da pesquisa.

2. A confissão e os relatos de confidências sexuais

No pensamento de Foucault, a procura da verdade no sexo é obtida através de inúmeros e diversos mecanismos, incluindo, por exemplo, a confissão. O deslocamento da confissão religiosa cristã a um projeto de discurso científico atravessou o século XIX até sua consolidação, sendo um marco histórico na constituição da *scientia sexualis* ocidental. A medicalização da confissão e seu uso com nova formatação na psicanálise, bem como a intensa solicitação de conselhos a “especialistas do sexo”, conhecedores da verdade, fizeram de nossa sociedade uma sociedade confessanda (tendo o sexo como matéria privilegiada) que procura ansiosamente pela verdade (inclusive a verdade interior). Foucault, assim, estabelece a relação entre verdade e confissão, ou entre verdade e exame de consciência, no seu livro *História da Sexualidade – A Vontade de saber*:

A **obrigação da confissão** nos é, agora, imposta a partir de pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; **parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não “demanda” nada mais que revelar-se** (FOUCAULT, 1988, p. 59-60; grifos nossos).

Depreendem-se de suas formulações desdobramentos múltiplos: do confessor cristão⁴ para as salas de inquérito, para os consultórios médicos, para os consultórios de psicanalistas e de psicólogos, enfim para quaisquer outras salas convertidas em salas de confidências; confessa-se para o padre, para o pastor, para a mãe, para o amigo e, quando não houver mais ninguém a quem confessar, confessa-se para si mesmo, fazendo-se um exame de consciência.

[...] a confissão passou a ser, no ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade. **Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda.** A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos,

⁴ Em uma das garimpagens em sebos, encontramos uma “pérola” bem ilustrativa: o livro *Sexo no Confessionário*, de Norberto Valentini e Clara di Meglio, original em italiano de 1973 e edição em português de 1974. O livro, conforme os autores “traduzido em todos os países do mundo” e “um sucesso editorial”, apresenta a transcrição de mais de 600 fitas gravadas entre confessor e penitente, em várias igrejas e catedrais da Itália.

confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, **confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros**. Confessa-se – ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida (FOUCAULT, 1988, p. 59; grifos nossos).

É com esta insistência que Foucault se rebela contra a confissão como método de produção de verdade e a considera uma estratégia do poder, estando interessado especialmente no papel da ciência e em sua relação com a confissão. O sujeito moderno não é mudo, ele deve falar. Deve falar de sexo, valorizando-o como segredo. A colocação do movimento da confissão, especialmente a confissão sexual, numa relação de poder ocorreu no século XIX, quando o indivíduo era persuadido a confessar-se para outras autoridades, leia-se, médicos, psiquiatras e juízes.

E, assim, o sexo constituiu-se como problema de verdade. A vida em aspectos afetivo-sexuais é colocada sob foco, sob exame, tendo-se o ritual da confissão sexual como estratégia de poder-saber-prazer. Colocação do sexo em discurso. Verdade sobre o sexo. Dispositivo da sexualidade⁵. Confissão: “matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 62).

Para Foucault, temos de fazer uma história da confissão ou uma genealogia das práticas de confissão no Ocidente. Segundo ele, a sexualidade é o correlato de uma prática discursiva, a *scientia sexualis*, desenvolvida lentamente. Reiteramos: uma ciência com a função de produzir verdade.

No ponto de intersecção entre uma técnica de confissão e uma discursividade científica, lá onde foi preciso encontrar entre elas alguns grandes mecanismos de ajustamentos (técnicas de escuta, postulado de causalidade, regra de interpretação, imperativo de medicalização), a sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização, um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra oculta, que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar (FOUCAULT, 1988, p. 67; grifos nossos).

⁵ Dispositivo: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [...] O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1998, p. 244).

Neste sentido, os relatórios sobre sexualidade – Kinsey, Masters & Johnson e Hite –, como formas discursivas de saber, através de questionários, enquetes, entrevistas, narrativas e outras técnicas de observação, descreveram comportamentos íntimos sexuais, relataram privacidades, expuseram medos, receios, taras e desvios. Em suma: apresentaram novas possibilidades de descobertas e explicações sexológicas. Os depoimentos, os relatos, as descrições minuciosas sobre o corpo, reações físicas, zonas erógenas, preferências sexuais, segredos, os desejos e as fantasias sexuais, insistentemente citadas e referenciadas, são mentiras ou são verdades? São verdades produzidas historicamente, a partir das contribuições de diversas ciências, com inúmeros “especialistas” a legitimarem as informações distribuídas e divulgadas através de várias formas discursivas. O instrumento da confissão sexual produziu uma forma de sexualidade verdadeira, através dos livros científicos: os relatórios.

Numa fala dirigida especificamente aos psicólogos, terapeutas sexuais, sexólogos e psicanalistas e a quaisquer outros, segundo ele, “locadores de orelhas”, Foucault (1988) se posiciona de maneira extremamente crítica:

Os livros científicos, escritos e lidos, as consultas e os exames, a angústia de responder às questões e as delícias de se sentir interpretado, tantas narrativas feitas a si mesmo, tanta curiosidade, confidências tão numerosas e cujo escândalo é sustentado (não sem algum tremor) por seu dever de verdade, a irrupção de fantasias secretas, cujo direito de murmurar para quem sabe ouvi-las se paga tão caro, em suma, o formidável “prazer na análise” (no sentido mais amplo deste último termo) que o Ocidente desde há vários séculos fomentou sabiamente, tudo isso forma como que fragmentos errantes de uma arte erótica, veiculados em surdina pela confissão e a ciência do sexo (FOUCAULT, 1988, p. 70; grifos nossos).

Mas é na ânsia de respostas verdadeiras que emerge a insistente pergunta: “sou normal?”; “sou anormal?”. O que é normal para quem pergunta? Será que bastaria ouvir de um “especialista” a resposta “você não é anormal!” ou ouvir “isto não é doença!”? As estranhezas ou as discrepâncias de comportamento sexual são colocadas em relação a si ou em relação aos outros? Somos o que o outro confirma que somos? Somos o que o outro afirma que somos? A diferença entre afirmação e confirmação não é apenas de ordem semântica. “Eu sou o diferente, ou os outros o são?”. Em resumo: quem é o normal? Como algo ou alguém é considerado anormal?

Partindo-se de uma lógica antagônica de normalidade-anormalidade e de saúde-doença, efetua-se uma correlação cruzada entre normal/saúde e anormal/doença. O deslocamento do conceito de norma e normal do biológico para o social e a emergência do

conceito da doença mental na psiquiatria foram decisivos para a instauração de verdades nos corpos, produzindo subjetividades.

Neste sentido, Prado Filho (1998, p. 150) promove uma reflexão pertinente a este posicionamento ao afirmar:

A norma é o artifício que individualiza, ao mesmo tempo que torna comparável – princípio de comunicação entre individualidades comparáveis – medida comum que se institui na pura referência, sem nenhuma exterioridade, de um grupo em relação a si próprio e permite relacionar indivíduos entre si e estes relativamente a uma população que os engloba. **A norma é ainda da ordem da visibilidade** – remete a uma “objetividade de superfície”, articulando observação e registro, tornando visíveis os desvios e as diferenças. O olhar normativo não busca penetrar as interioridades e o que perde em profundidade ganha na exterioridade (grifos nossos).

É este duplo mecanismo de individualização comparativa e de visibilidade diferencial que caracteriza as relações entre a norma e a normalidade, entre o saber e o poder, entre a arqueologia e a genealogia.

3. A norma e o normal: normatizar e normalizar

Uma das reflexões milenares é o pensar e o repensar constantes sobre as intrarrelações de uma sociedade com os seus seres diferentes. Para refletirmos sobre este diferente, um outro, encontraremos pressupostos, concepções e raízes epistemológicas em várias designações, mas duas em especial são alvo de nosso interesse: o normal e o patológico, ou, em seus antônimos, o anormal e o saudável.

Georges Canguilhem (1904-1995), em sua obra *O Normal e o Patológico* (1966), explora rigorosamente a história destes conceitos médicos (normal e patológico), desenvolvidos na fisiologia e na biologia no decorrer dos séculos XX e XIX. No século XIX, a medicina era considerada ciência das doenças; e a fisiologia, ciência da vida. Mas, com os trabalhos do fisiologista francês Claude Bernard (1813-1878), principalmente sua *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental* (1865), a medicina passou a desenvolver uma abordagem quantitativa entre o normal (saúde) e o patológico (doença). Para Canguilhem, os fenômenos patológicos são idênticos aos fenômenos normais correspondentes, salvo pelas variações quantitativas, de modo que a explosão de diagnósticos na medicina se constituiu às expensas de um processo, adotado ao longo do século XIX, de patologização do normal. Em

seu trabalho (originalmente sua tese de doutorado de 1943), inicia reflexões epistemológicas com a afirmação-tese a partir da qual desenrola sua argumentação histórica e filosófica.

Essa evolução resultou na formação de uma teoria das relações entre normal e patológico, segundo a qual os fenômenos patológicos nos organismos vivos nada mais são que **variações quantitativas**, para mais ou para menos, dos fenômenos fisiológicos correspondentes. Semanticamente, o patológico é designado a partir do normal, não tanto como *a* ou *dis*, mas como *hiper* ou *hipo*. **Essa teoria não defende absolutamente a tese de que saúde e doença sejam opostos qualitativos**, forças em luta (...). A convicção de poder restaurar cientificamente o normal é tal, que acaba por anular o patológico (CANGUILHEM, 1995, p. 22; grifos nossos).

Ao longo do seu texto, promove um constante e provocante exercício de ambiguidade, centrado na distorção conceitual promovida pela medicina, principalmente entre o normal e o patológico, entre a doença e a anomalia. A doença seria mera perturbação do equilíbrio do corpo, ou é também esforço da natureza agindo sobre o homem para obter novo equilíbrio? Isto conduz a duas concepções terapêuticas: a interventora (técnica médica) e a espontânea (cura por si próprio). Continuando neste raciocínio, partindo dos dois sentidos da palavra – “é normal aquilo que é como deve ser; e é normal, no sentido mais usual da palavra, o que se encontra na maior parte da espécie determinada ou o que constitui a média ou o módulo de uma característica mensurável” (CANGUILHEM, 1995: 95) –, efetua-se uma colagem associativa ao incluir um valor de julgamento segundo o qual a perfeição é o ideal, a partir do comum. Na medicina, por exemplo, o estado normal é o estado habitual e ao mesmo tempo o estado ideal.

É certo que, em medicina, o estado normal do corpo, é o estado que se deseja restabelecer. Mas será que se deve considerá-lo normal porque é visado como fim a ser atingido pela terapêutica, ou, pelo contrário, será que a terapêutica o visa justamente porque ele é considerado como normal pelo interessado, isto é, pelo doente? Afirmamos que a segunda é a verdadeira. Acharmos que a medicina existe como arte de vida porque **o vivente humano considera, ele próprio como patológicos – e devendo portanto serem evitados ou corrigidos – certos estados ou comportamentos que, em relação à polaridade dinâmica da vida, são apreendidos sob forma de valores negativos**. Acharmos que, desta forma, o vivente humano prolonga, de modo mais ou menos lúcido, um efeito espontâneo, próprio da vida, para lutar contra aquilo que se constitui um obstáculo **à sua manutenção e a seu desenvolvimento tomados como normas** (CANGUILHEM, 1995, p. 96; grifos nossos).

Canguilhem, assim, possibilita-nos uma compreensão sobre a ânsia dos enquadramentos e sobre o desejo ou necessidade de normalidade sentida por pessoas em

dúvida sobre sua condição ou estado a partir de normatividades⁶. Outro conceito do autor de fundamental importância para entendimento das influências de enquetes e inquéritos comportamentais na produção de subjetividades é o de anomalia. A palavra anomalia também tem dubiedade etimológica: anomalia vem do grego *an-omalos*, desigualdade, irregularidade, e pode derivar de *a-nomos*, anomia, estado caracterizado pela ausência de leis (nomos=lei), de regras, de normas. A proximidade do grego *nomos* (lei) e da norma latina por situações históricas ocasionou uma sobreposição conceitual. Para Canguilhem, entretanto, ocorreu um engano, um erro de etimologia que gerou uma confusão,

Assim, com todo o rigor semântico, **anomalia designa um fato, é um termo descritivo, ao passo que anormal implica referência a um valor, é um termo apreciativo, normativo**, mas a troca de processos gramaticais corretos acarretou uma colusão dos sentidos respectivos de anomalia e de anormal. **Anormal tornou-se um conceito descritivo e anomalia tornou-se um conceito normativo** (CANGUILHEM, 1995, p. 101; grifos nossos).

Esta inversão conceitual contribuiu por definir critérios médicos para o estabelecimento de diagnósticos pautados em anomalias e anormalidades – não apenas diagnósticos, mas descrições de variações individuais, de tal modo que as anomalias passaram a ser classificadas hierarquicamente conforme sua complexidade, de leves até graves. Os estudos teratológicos, preocupações do século XIX, eram estudos das monstruosidades, anomalias muito complexas, envolvendo malformações orgânicas.

Na esteira destas confusões, anormalidade e anomalia consistem em se afastar, por comparação, da grande maioria dos indivíduos de uma espécie, ou seja, um desvio estatístico. Neste raciocínio, conclui-se que anomalia não é da esfera da patologia, do estudo das doenças, sendo *pathos*, em grego, sentimento de sofrimento. O patológico é o que provoca sofrimento no indivíduo, e anormal é aquilo que se desvia consideravelmente da média estatística. Entretanto, diversidade não é doença. Um gênio excepcional ou filhos sêxtuplos são raríssimos, mas não são fenômenos patológicos (mórbidos), ou seja, o anormal não é patológico. Esta última afirmação, entretanto, é negada, pois o anormal e as anomalias se tornaram patológicos.

Sem dúvida há uma maneira de considerar o patológico como normal, definindo o normal e o anormal pela frequência estatística relativa. Em certo sentido, pode-se dizer que uma saúde perfeita contínua é um fato anormal. Mas é que existem dois sentidos da palavra saúde. A saúde considerada de

⁶ Detecta-se, neste aspecto, a forte influência de Canguilhem em Foucault.

modo absoluto é um conceito normativo que define um tipo ideal de estrutura e de comportamento orgânicos; neste sentido é um pleonasma falar em perfeita saúde, pois a saúde é o bem orgânico. A saúde adjetivada é um conceito descritivo que define uma certa disposição e reação de um organismo individual em relação às doenças possíveis. **Os dois conceitos, descritivo qualificado e normativo absoluto, são tão distintos que mesmo o homem do povo diz que seu vizinho tem má saúde ou que ele não tem saúde, considerando como equivalentes a presença de um fato e a ausência de um valor.** Quando se diz que a saúde continuamente perfeita é anormal, expressa-se o fato da experiência do ser vivo, incluir, de fato, a doença (CANGUILHEM, 1995, p. 106-7; grifos nossos).

Neste jogo de vocábulos e de transposições conceituais, Canguilhem prossegue afirmando que a anomalia pode transformar-se em doença, formulando uma equação entre anormal, anomalia e doença. A medicina passa a considerar tanto doença quanto anomalia (de caráter descritivo) conceitos normativos ao aplicar julgamento de valor a estes estados.

De maneira similar, em Foucault, um conjunto de termos nucleados em torno da palavra norma é recorrente: normalidade, normalização, normatização e outros correlatos, tais como poder normativo, sanção normalizadora, disciplina, vigilância hierárquica, etc. Neste aspecto, sustentamo-nos em Foucault para apontar a emergência de um tipo específico de discurso sobre a sexualidade, discursos das sexualidades baseados em estatísticas, neste artigo representados pelos relatórios Kinsey, Masters & Johnson e Hite.

O uso das ferramentas estatísticas nas ciências humanas é polêmico; mas, a partir das considerações anteriores, o que pretendemos nesta argumentação é apontar o disfarce de critérios quantitativos em critérios qualitativos e, por extensão, a prática discursiva comum de confundir descrições com apreciações, estas últimas com julgamentos valorativo e normativo. Fecha-se um círculo: as frequências (estatísticas) definem as normalidades (axiológicas), e estas se sustentam nas frequências.

4. Os relatórios sobre sexualidade Kinsey, Masters & Johnson e Hite

Em enciclopédias e guias sexuais pesquisados em estudos acadêmicos anteriores (SENA, 1998⁷, 2001⁸), encontraram-se citações e referências a diversas fontes bibliográficas, sendo três, em especial, insistentemente recorrentes como fundamentação dos textos: os relatórios Kinsey, os relatórios Masters & Johnson e os relatórios Hite (daí sua escolha como

⁷ Monografia de Tito Sena com o título *Uma análise do discurso das enciclopédias sexuais das décadas de 80 e 90*, com a orientação da historiadora Prof^a. Dr^a. Silvia Arend, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

⁸ Dissertação de Tito Sena intitulada *Uma análise dos discursos sobre Corpo e Gênero contidos nas Enciclopédias Sexuais das décadas de 80 e 90*, com a orientação da Prof^a. Dr^a. Mara Coelho de Souza Lago.

objetos de pesquisa para a elaboração da tese da qual deriva este artigo). Os títulos originais em inglês destas publicações são: relatórios Kinsey – *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953); relatórios Masters & Johnson – *Human Sexual Response* (1966) e *Human Sexual Inadequacy* (1970); relatórios Hite – *The Hite Report on Female Sexuality* (1976) e *The Hite Report on Male Sexuality* (1981).

Na área de sexualidade, estes autores são marcos fundamentais no século XX. Alfred Kinsey o é pelo seu pioneirismo no uso estatístico com grande amostragem em comportamento sexual e pelo inequívoco mérito de colocar o sexo na pauta de discussões. A produção do casal Masters & Johnson, especificamente no campo da prática clínica médica ou psicológica, é comumente utilizada em terapias sexuais para as chamadas disfunções sexuais, tais como tratamento de ejaculação precoce, impotência, disfunções orgásticas. O trabalho de Shere Hite obteve reconhecimento pela sua postura feminista em defesa do prazer sexual e orgástico da mulher.

Estes documentos possuem as seguintes características comuns e peculiares: todos foram elaborados a partir de amostragem com indivíduos e através de pesquisadores norte-americanos; os autores afirmam ter utilizado pesquisa estatística sistematizada e representativa (embora não aleatória)⁹; foram traduzidos em várias línguas; seus resultados foram mundialmente popularizados; foram consideradas obras “revolucionárias” sobre a sexualidade; tiveram ressonância e desdobramentos nas áreas das ciências biológicas, ciências da saúde e ciências humanas e, como não poderia deixar de ocorrer, críticas e oposições.

Pode-se afirmar, num primeiro momento, que as polêmicas principais destas obras giraram em torno de algumas descobertas científicas. Os relatórios Kinsey apresentaram várias conclusões, mas destacam-se as seguintes assertivas: o sexo extraconjugal, os atos homossexuais e o sexo oral são mais comuns que o suposto; o pico de virilidade masculina se situa em torno de 17 anos, seguido de sucessivo declínio; o clitóris tem extrema sensibilidade e capacidade reativa ao estímulo tátil.

Os relatórios Masters & Johnson são conhecidos pela apresentação dos ciclos de respostas sexuais, masculina e feminina, e pela descrição pormenorizada das fases de excitação, platô, orgasmo e resolução.

O relatório Hite obteve repercussão ao divulgar, através de relatos das próprias mulheres, a extraordinária capacidade orgástica clitoriana e a ênfase na masturbação como

⁹ O método de amostragens não aleatórias constitui-se de pessoas interessadas a participar das enquetes e dos questionários, nestes casos dispostas a falar sobre sexo. Uma amostragem aleatória englobaria uma maior representatividade, pois contaria com pessoas que, talvez, não desejassem responder a certas perguntas sobre suas práticas sexuais.

fonte de satisfação sexual, fato já levantado por Kinsey, mas muito explorado e valorizado por Hite.

Em termos de procedimentos metodológicos, podemos inicialmente destacar alguns pontos peculiares em cada um dos estudos: Kinsey, com sua insuperável amostragem pesquisada de quase 17.000 (dezesete mil) entrevistados catalogados; Masters & Johnson com seus recursos técnicos de observações laboratoriais; e Hite com sua vasta compilação de experiências íntimas. Do ponto de vista de coleta de dados, em linhas preliminares, Kinsey utilizou entrevista pessoal direta; Masters & Johnson, observações laboratoriais; e Hite, questionário escrito anônimo enviado por leitoras de revistas e boletins.

A. Os relatórios Kinsey

Kinsey, antes de dedicar-se à sexualidade, era professor de Zoologia, sendo especialista em vespas na área da entomologia (estudo dos insetos). Formou-se em Biologia em Harvard, em 1919. Em 1938, foi convidado pela Universidade de Indiana, onde lecionava, para coordenar um curso sobre casamento e aspectos biológicos da sexualidade¹⁰. Além de ter encontrado pouca bibliografia em comportamento sexual humano, considerou precários os materiais disponíveis, com pouca validade científica e baseados mais em especulação do que na objetividade dos fatos e na averiguação estatística. Começou, então, a coletar histórias sexuais, chegando a atingir para a publicação dos dois livros, após 15 anos de estudos (1938 a 1953), a extraordinária cifra de 16.392 pessoas¹¹, sendo 8.603 homens e 7.789 mulheres. Em 1947, um ano antes da publicação do relatório masculino, Kinsey fundou o *Kinsey Institute for Research in Sex, Gender and Reproduction*, existente até hoje.

A principal característica dos relatórios Kinsey foi a obtenção de informações trabalhadas estatisticamente. De acordo com dados no site do Instituto Kinsey (www.kinseyinstitute.org), entre 1938 e 1963, ano de encerramento do projeto original¹², haviam sido registradas 18.216 entrevistas. O método de coleta de dados de Kinsey foi

¹⁰ Em 2004, foi lançado, nos Estados Unidos, o filme *Kinsey*, escrito e dirigido por Bill Condon e estrelado por Liam Neeson. O enredo trata da vida de Alfred Kinsey e da polêmica suscitada por seus estudos sobre sexualidade humana.

¹¹ A diferença entre esta cifra de 16.392 pessoas e as 11.240 citadas anteriormente deve-se ao fato de nem todas as pessoas catalogadas e entrevistadas terem sido incluídas no aproveitamento conclusivo dos resultados publicados nestes dois relatórios. No entanto, seriam incluídos em alguns dos outros seis volumes planejados por Kinsey, cuja estimativa envolveria 100.000 histórias: *Fatores sexuais na adaptação matrimonial*, *Aspectos legais da conduta sexual*, *O equilíbrio heterossexual-homossexual*, *A adaptação sexual nos estabelecimentos penais*, *Prostituição*, *Educação sexual* e *Outros problemas especiais*.

¹² Paul H. Gebhard, colaborador de Kinsey, e Alan B. Johnson publicaram posteriormente *The Kinsey Data: Marginal tabulations of the 1938-1963: interviews conducted by the Institute for Sex Research*.

entrevista pessoal, presencial, realizada frente a frente, sendo os dados registrados mantidos confidenciais através de codificação. Os interrogatórios duravam entre uma e duas horas, dependendo da disposição do informante e do número de questões, que não eram fixas, variando do mínimo de 300 até 500 ou mais perguntas.

Os dados forneceram uma base estatística para o estudo de assuntos como masturbação, homossexualidade, sexo pré-conjugal e a natureza do orgasmo feminino, entre norte-americanos e norte-americanas brancos.

Neste sentido, tendo realizado a maior pesquisa sexual em termos quantitativos, Kinsey, se por um lado reconhece limitações no seu estudo, por outro afirma ter atingido uma grande variedade de indivíduos:

A amostra incluía mulheres e homens, pessoas de todas as idades, desde a mais moça até a mais velha, pessoas com uma diversidade de antecedentes educacionais que iam desde o analfabeto e os de poucas letras até os grupos profissionais melhor habilitados; pessoas que pertenciam a uma variedade de profissões, grupos rurais e urbanos; pessoas pertencentes a vários grupos religiosos; pessoas representando vários graus de observância e inobservância àqueles grupos religiosos e pessoas que tinham vivido em várias partes dos Estados Unidos. **A amostra, ainda é, sob vários aspectos, inadequada, mas, conseguimos obter uma variedade de indivíduos do que nos foi possível obter em estudos anteriores** (KINSEY et al, 1954, p. 07-8; grifos nossos).

Kinsey tinha uma preocupação tão grande com a representatividade de sua amostra que reservou 150 páginas do primeiro livro (total de 804 páginas) e 115 páginas do segundo livro (total de 842 páginas) para descrever o histórico da coleta e das fontes de informações, o método, a constituição da amostra, a rigorosa análise estatística, o objetivo científico e a validade dos dados, além de ter tido consultores em estatística para a tabulação das informações. Se não bastasse, Kinsey utilizou as normas estatísticas do censo de 1940 para o primeiro relatório (masculino) e as normas do censo de 1950 para o segundo (feminino). Muito embora tenha tomado estes cuidados, o Conselho de Pesquisa Nacional americana contratou a ASA¹³, Associação de Estatística Americana, para investigar o trabalho do ponto de vista estatístico, que, após dois anos (1950-1952) examinando os resultados, confirmou o

¹³ Fonte: Artigo “*What was The Kinsey Report?*” de John Greene. Disponível em <http://www.jackinworld.com/library/articles>, acessado e baixado em 06.02.05; *Timeline: Alfred Kinsey's Life, and Sex Research and Social Policies in America* disponível em <http://www.pbs.org/amex/kinsey>, acessado e baixado em 24.11.2005.

método de amostragens utilizado, conhecido como Gallup Poll, criado pelo estatístico americano George Horace Gallup (1901-1984)¹⁴.

B. Os relatórios Masters & Johnson

A pesquisa do ginecologista William Howell Masters (1915-2001) e da psicóloga Virgínia Eshelman Johnson (1925-) iniciou-se em 1954, na Universidade de Washington, ano seguinte à publicação do relatório *Sexual Behavior in the Humam Female*, com o objetivo de preencher, segundo suas palavras, uma lacuna específica deixada por Kinsey. Masters decidiu efetuar seus estudos por julgar o relatório de seu compatriota essencialmente sociológico e por considerar que o mesmo tivesse deixado em aberto importantes questões de natureza fisiológica. Não obstante, Masters & Johnson confirmaram muitas descobertas de Kinsey e acrescentaram outras, como a de que o tamanho do pênis não tem nenhuma relação com o desempenho sexual e a de que não existe orgasmo vaginal em oposição ao orgasmo clitoriano (divisão sustentada pela teoria psicanalítica).

Kinsey e colaboradores apresentaram uma **compilação monumental de estatísticas** contendo padrões de procedimento sexual nos Estados Unidos, de 1938 a 1952. Esses relatórios de práticas sexuais humanas, obtidos através de técnicas de interrogatório direto, oferecem uma base inestimável de informação sociológica. (...) **Embora o trabalho de Kinsey tenha se tornado um marco da pesquisa sociológica, não foi projetado para interpretar a resposta fisiológica ou psicológica ao estímulo sexual** (MASTERS & JOHNSON, 1984, p. 03-4; grifos nossos).

O primeiro texto, *Human Sexual Response* (A Resposta Sexual Humana), publicado em 1966 nos EUA, foi o resultado de investigações laboratoriais das reações fisiológicas e anatômicas de 694 voluntários (312 homens e 382 mulheres), após o acompanhamento de 10 mil relações sexuais em 11 anos de estudo. O segundo relatório de Masters & Johnson, *Human Sexual Inadequacy* (Inadequação Sexual Humana), foi resultado de trabalhos clínicos, tendo sido publicado em 1970, 11 anos após a criação (em 1959) de um programa de pesquisa clínica especializada no tratamento de disfunções sexuais, através do qual 790 pessoas foram atendidas pelos serviços terapêuticos dos autores. Muito embora o segundo texto se baseie em

¹⁴ Gallup foi o fundador do Instituto Americano de Opinião Pública, em 1935, posteriormente tornando-se as Organizações Gallup, responsáveis até hoje por pesquisas de audiência, preferências de mercado, intenções de voto, etc.

trabalhos clínicos, o casal Masters & Johnson utilizou-se das descobertas dos estudos laboratoriais (publicados no primeiro texto) para os tratamentos psicoterapêuticos.

Em 1964, o casal fundou o Instituto Masters & Johnson, em St. Louis, Missouri, para atividades de pesquisas e terapêuticas, sendo este fechado em 1994¹⁵.

No Brasil, os volumes foram publicados pela editora Civilização Brasileira, ambos com títulos em tradução não correspondentes: o primeiro relatório, *A Conduta Sexual Humana*, em 1969 (três anos após a edição dos EUA); e o segundo, *A Incompetência Sexual*, em 1970. Mais tarde, a editora Roca reeditou-os com títulos corretos: *A Resposta Sexual Humana*, em 1984, e *A Inadequação Sexual Humana*, em 1985.

A descoberta clínica significativa de M&J, com aplicações atuais convalidadas por profissionais na área da terapia sexual, foi o que eles denominaram a resposta sexual masculina e feminina, na forma de quatro fases sucessivas¹⁶: 1 – fase de excitação; 2 – fase platô; 3 – fase do orgasmo e 4 – fase final ou de resolução. Estas fases são expostas em diagramas e descritas em mínimos detalhes quanto às reações vasocongestivas, musculares, contráteis e eréticas em diversas partes do corpo da mulher (seios, uretra, bexiga, reto, pequenos lábios, grandes lábios, vagina, clitóris e útero) e do homem (peito, reto, pênis, escroto, testículos). Com referência ao orgasmo feminino, Masters & Johnson (1984, p. 113) se colocam da seguinte maneira:

Em nossa cultura, a obtenção do orgasmo pela mulher nunca atingiu a situação indiscutível de que goza a ejaculação masculina. **Enquanto o orgasmo masculino (ejaculação) tem o papel reprodutor a sustentar a sua aceitação perpétua, está ainda para ser formulada uma referência equivalente com respeito ao orgasmo feminino.** (...) Com a fisiologia orgásmica estabelecida, a mulher tem agora uma oportunidade inegável para desenvolver realisticamente os seus próprios níveis de resposta sexual. A disseminação deste ato capacita o homem para contribuir com a sua parte no desenvolvimento dessa idéia como suporte de uma relação efetiva, **no seio da unidade conjugal** (grifos nossos).

¹⁵ William Masters se divorciou de Virginia Johnson em 1993 e se retirou para sua residência no Arizona em 1994, aos 78 anos, quando apresentava sinais iniciais da doença de Parkinson. A evolução da doença exigiu cuidados médicos nos anos que antecederam sua morte, aos 85 anos, em fevereiro de 2001. Fonte: disponível em <<http://obits.com/masterswilliamh.html>>, acessado e baixado em 09.01.2004.

¹⁶ A sugestão de um modelo de fases de resposta sexual não foi pioneirismo de Masters & Johnson. Wilhelm Reich, em *O Combate Sexual da Juventude*, original de 1932, e em *A Função do Orgasmo*, de 1942, apresenta uma descrição e um diagrama mostrando as fases típicas (5) do ato sexual, em que homem e mulher são orgasticamente potentes: I-fase de controle voluntário da excitação; II-fase de contrações involuntárias; III-súbita ascensão ao clímax; IV-orgasmo; V-queda brusca de excitação (REICH, 1986 e 1995). M&J, entretanto, não fazem alusão direta à Reich, mas o relacionam nas referências bibliográficas.

Pode-se confirmar, através desta passagem, a defesa do casal Masters & Johnson em prol do casamento monogâmico e a manifestação de que suas descobertas fisiológicas oportunizaram à mulher o exercício de seu pleno prazer, o orgasmo, desconectando-o da sexualidade masculina.

Se, de um lado, Kinsey pode ser visto como o revelador de práticas até então consideradas ilegais e/ou reprováveis (como a homossexualidade, sexo extraconjugal, sexo anal e oral) na sociedade norte-americana, de outro Masters & Johnson podem ser considerados totalmente de orientação heterossexual matrimonial.

C. Os relatórios Hite

Shere Hite (1942-) se formou em História Americana e Ideologia das Ciências na Flórida e fez doutorado em História na Universidade de Columbia. É autora de diversos livros¹⁷ sobre as mulheres e foi fortemente influenciada pela 2ª onda do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970. Atuou, entre 1972 e 1978, como Diretora do Projeto Feminista de Sexualidade da *National Organization for Women* (NOW), organização¹⁸ ativista feminista fundada em 1966 com a finalidade de agir pela igualdade de todas as mulheres e pela eliminação da discriminação no trabalho, na escola, no sistema judiciário e em outros setores da sociedade, além de lutar pelos direitos reprodutivos das mulheres e contra quaisquer formas de violência. É neste contexto histórico, especialmente o norte-americano, que se situa a emergência de seus relatórios, pouco tempo posterior às produções clássicas de Betty Friedan (1921-2006) – *Mística Feminina*, em 1963; Shulamith Firestone (1945-) – *A Dialética do Sexo*, em 1970; Germaine Greer (1939-) – *A Mulher Eunuco*, em 1970; Juliet Mitchell (1940-) – *Psicanálise e Feminismo*, em 1974; e Kate Millet (1934-) – *Políticas Sexuais*, em 1970, com suas forças contestatórias, sociais e políticas.

Hite organizou as respostas de mulheres com idades entre 14 e 78 anos para lançar o *The Hite Report* (Relatório Hite sobre a Sexualidade Feminina) em 1976 nos EUA. O relatório foi traduzido e lançado em dezessete países, tendo sido censurado em alguns,

¹⁷ Alguns títulos em português: *Mocinhos, bandidos e outros amantes* (1989); *Mulheres e Amor: O novo Relatório Hite* (1992); *Relatório Hite sobre a Família* (1994); *Sexo e Negócios* (2001) e *Orgulho de ser mulher* (2004).

¹⁸ A NOW, National Organization for Women, teve Betty Friedan como uma de suas fundadoras, ocupante da primeira presidência entre 1966 e 1970 (Fonte: www.now.org).

inclusive proibido¹⁹ no Brasil até 1978. Segundo a autora, de um total de quase 100.000 (cem mil) formulários distribuídos, 3.019 (três mil e dezenove) foram devolvidos. Para editar o *The Hite Report on male sexuality* (Relatório Hite sobre a Sexualidade Masculina), em 1981, nos EUA, ela dispôs de respostas de homens com idade entre 13 e 97 anos. Neste caso, o livro teve edição no Brasil, no ano seguinte, 1982 (período, portanto, de abertura política). Segundo Hite, de um total de 119.000 (cento e dezenove mil), foram devolvidos 7.239 formulários.

Para o *Relatório Hite sobre a Sexualidade Feminina*, foram feitas quatro distribuições de questionários com quatro versões ligeiramente diferenciadas, aplicadas em grupos heterogêneos, o que já remeteu a críticas metodológicas sobre a coleta de dados. Apesar de o livro ser de depoimentos, Hite não se omite de posicionar-se, seja através de suas opiniões ou de conclusões científicas de outros autores (Kinsey, Masters & Johnson, Helen Kaplan, Mary Jane Sherfey, Seymour Fisher, etc.), seja, sobretudo, politicamente, como feminista:

O direito ao orgasmo tornou-se uma questão política para as mulheres. Embora não haja nada de errado com o fato de não ter orgasmos, assim como não há nada de errado em enfatizar e compartilhar o prazer do outro, há alguma coisa de errado quando isto se torna um padrão, quando o homem *sempre* tem o orgasmo e a mulher não. (...) **É hora de recuperarmos nossos corpos, de começarmos a usá-los nós mesmas para o nosso próprio prazer** (HITE, 1979, p. 68-69; grifos nossos).

A pesquisa aponta o fato de a maioria (70%) das mulheres não gozar em decorrência do coito com penetração (pênis mexendo na vagina). Para Shere Hite, o orgasmo no coito consiste num ponto crucial de discussão em relação à sexualidade feminina, provocando sentimento de insegurança, frigidez, culpa, vergonha e principalmente o fortalecimento do mito orgástico vaginal, fazendo com que se instale a grande indústria da objetivação sexual na busca da “cura fora de si” (palavras suas) do tão almejado prazer. A partir dos relatos de suas pesquisadas, conclui que as dificuldades do orgasmo feminino evidenciam a supremacia genitalizante e mecânica masculina, constituída pela ereção, penetração e orgasmo, excluindo a mulher da possibilidade de expressão e de satisfação. Em suas palavras, está sacramentado o sexo ser uma atividade par, mas infelizmente com satisfação ímpar.

5. Provocações finais para reflexão

¹⁹ Neste sentido, informa-nos Cynara Menezes, em artigo publicado na Folha de São Paulo, de 19/05/01: “em 1977, quando Shere Hite esteve no Brasil, o governo militar invadiu a sessão de autógrafos, no Rio e recolheu todos os exemplares do Relatório Hite feminino”.

Procuramos, neste texto, estabelecer linhas de reflexões críticas que pudessem ser sintetizadas em “sexualidades estatisticamente normalizadas”. Uma das ponderações é que, assim como se cunhou o *homo habilis*, *homo erectus* e *homo sapiens* na escala evolucionista, e posteriormente surgiu uma profusão de terminologias derivativas com epítetos latinos – como o *homo oeconomicus* do século XIX, *homo ludens* (Johan Huizinga, em 1938), *homo faber* (Hanna Arendt e Max Frisch, em 1957), *homo hierarchicus* e *homo aequalis* (Louis Dumont, em 1966 e 1977), *homo academicus* (Pierre Bourdieu, em 1984), *homo sacer* (Giorgio Agambem, em 1998) e mais recentemente o *homo technologicus* (Yves Gingras, em 2005) –, pode-se afirmar que o século XX consolidou indelevelmente o *homo statisticus*. O *homo statisticus*? Não! Como esta reflexão foi centrada nos estudos de gênero, o termo latino mais apropriado talvez seja *Persona numerabilis* – pessoa numerável (homem e mulher) –, cravejada por números estatísticos, uma produção quantitativa com interpretação qualitativa comparativa embutida; homens e mulheres numeralizáveis em dimensões corpóreas, sexuais, comportamentais, geracionais, étnicas, laborais, econômicas, hierárquicas e tecnológicas.

A *persona numerabilis* definirá a *persona normalis*, e esta definirá a *persona sexualis*²⁰. A sexualidade, de modo geral, será descrita, analisada, dissecada, interpretada, na forma de performance e desempenho: sexo a mais, sexo a menos (sexo quantificado), ou sexo melhor, sexo pior (sexo qualificado); sexualidade inibida, sexualidade descontrolada, sexualidade adjetivada pelo numérico, pelo percentual.

Admitamos ou não, há uma dominação crescente da estatística na sociedade contemporânea, pois gráficos, estimativas, probabilidades, possibilidades, estão presentes em todos os discursos científicos, pseudocientíficos e não científicos. Chega-se ao cúmulo de justificar qualquer hipótese no improvável (uma em um milhão), até na quase certeza (99,9999%), passando pela divisão igual das chances (50% por 50%, ou é ou não é, ou acerto ou erro), num jogo numérico que ora apropria o ser humano, ora o expropria. Estaremos literalmente ou metaforicamente num “jogo de dados”? Dados numéricos, dados estatísticos convertidos em dados normais. A questão não é, portanto, científica: a estatística não legitima a ciência; a estatística legitima a representatividade. Por este raciocínio, concordando com Foucault (1999), como as ciências humanas continuam buscando legitimidade em números estatísticos? E acrescentamos: como ocorre esta insistência, se a própria estatística diz que tudo é possível e provável em condições de probabilidade e não de provas?

²⁰ Por coincidência, este termo fez lembrar o ensaio *Personas Sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson*, de Camille Paglia, de 1990, com o qual não mantém nenhuma outra relação reflexiva.

Pode parecer óbvio, mas, com o vertiginoso crescimento populacional ocorrido no século XX, a análise quantitativa em termos percentuais exige uma reavaliação dos números aferidos; ou, em outras palavras, a quantificação e a qualificação merecem uma relativização, ou seja, uma contextualização histórico-demográfica: 10% da população em 1950 (250 milhões) não representam, em termos quantitativos (números absolutos), o mesmo número proporcional de 10% da população em 2000 (600 milhões). Numa hipotética inversão histórica, estes 10% de 2000 representariam 40% em 1950. Nesta análise anacrônica, o que está em jogo são nossos conceitos de normalidade, de “minorias”, a partir das curvas normais dos gráficos estatísticos envolvendo comportamentos, tendo em conta serem classificatórios.

O que desejamos apontar também é que as pesquisas e os percentuais estatísticos são terrenos férteis para a manipulação, para subterfúgios e para o erro não apenas em um mesmo contexto histórico e cultural, mas para análises trans-históricas, feitas através de inferências e extrapolações perigosas, como se fosse possível e legítimo apropriar-se de resultados percentuais de uma época e aplicá-las em outra.

A adoção de tabelas, de gráficos com percentuais, de levantamentos estatísticos e de dados matemáticos foi uma constante em todos os relatórios, sendo uma continuidade discursiva, fruto evidentemente de uma tradição cientificista de nossa sociedade que busca, nestas estatísticas, confirmações ou negações para as práticas da população. Como consequência, sustentam os padrões de normalidade e produzem normatizações – sejam de posturas, atrações, condutas, costumes, comportamentos e desejos – através de um “verniz” científico.

Os relatórios se inserem na mesma lógica quantificadora que se instalou nos vários campos do conhecimento do século XX; ou, numa terminologia foucaultiana, fazem parte de uma mesma configuração do saber, uma *epistémê*, que ainda mantém uma *Mathêsis*, uma ordem e uma matemática confirmatória do conhecimento produzido (FOUCAULT, 1999).

E, se quiséssemos radicalizar, poderíamos argumentar que a própria matemática trabalha com inequações, com números irracionais, números complexos e resultados inexatos. A obra *Os Elementos*, a geometria de Euclides (325ac–265ac), até o século XIX era incontestável, vista como modelo matemático, sinônimo de certeza e de verdade. Veio a sofrer um abalo com a aceitação das geometrias não euclidianas, arrancando a matemática do pedestal de verdade absoluta, colocando-a como uma simples construção humana que permite outras construções humanas. Não existe mais um modelo de certeza para as outras ciências imitarem.

Mas a análise não é tão redutível e simplista assim “quanto se pensa”, pois uma das marcas da contemporaneidade é um triunfo do número. O que somos nós: números, um número de certidão de nascimento, um número de carteira de identidade, um registro numérico de trabalhador, uma matrícula numérica, uma dezena de senhas numa avalanche de composições numéricas que causa perplexidade estarrecedora. Se de um lado taxas numéricas de população são atribuídas numa dimensão macropolítica, as taxas numéricas do indivíduo são fixadas na dimensão da micropolítica. Portanto, avaliar nossas performances sexuais e as práticas sexuais em termos numéricos, ou melhor, em termos estatísticos, só demonstra esta ânsia pelos enquadramentos na média, dentro da média normal, dentro dos parâmetros esperados.

Lembramo-nos da pergunta: as estranhezas e as discrepâncias do comportamento sexual são colocadas em relação a si ou aos outros? “Eu sou o diferente, ou os outros o são?”. Em resumo: quem é o normal? Será que negociamos com a norma, em parâmetros quantitativos e qualitativos, e a regulamos, “ajustamos”, segundo nossos interesses e conveniências? Ou os monopólios conceituais disciplinares e científicos geram engessamentos de tal ordem que impedem ou dificultam uma “terapêutica” conceitual?

Ao ver os percentuais num livro “científico”, o enquadramento comparativo é automático: estando nos 70% ou nos 30%, é o número que nos avaliará, é um “diagnóstico estatístico”, não é um diagnóstico clínico, cuja mediação (pela média numérica!) é relatada pelos participantes das enquetes – logo, os outros. Se estiver na maioria, tudo bem, é-se normal; caso contrário, tendo-se este (pré/pseudo) diagnóstico estatístico (científico) como referência, procurar-se-á (se possível) um especialista para confirmação através de um diagnóstico clínico (científico). É a prática real da normalização que determina o conceito de normal. Mas é com tal preocupação que lançamos a pergunta inquietante: e quando um conceito é incorporado como um preceito?

Vejamos um exemplo perturbador: a pesquisa de Hite aponta o fato de a maioria (70%) das mulheres **não gozar normalmente** em decorrência do coito com penetração vaginal. Ora, se a maioria das mulheres não goza, **o normal é não gozar**, anormal é gozar. O ideal fisiológico e prazeroso se desqualifica pelos números estatísticos da maioria, ou em outras palavras: o percentual estatístico, o fato descritivo (como é) subverte o valor apreciativo (como deve ser). O normal é gozar (fisiologicamente) ou não gozar (estatisticamente)? De qual “maioria” estamos falando?

Vejamos agora um contraexemplo: Kinsey afirma que 10% dos homens são predominantemente homossexuais: o normal é ser heterossexual? O fato descritivo (como é)

não subverte o valor apreciativo (como deve ser) da heterossexualidade. De qual maioria estamos falando agora?

O uso do argumento da “maioria” para justificar o que alguém julga ser normal é um argumento basicamente estatístico que, numa leitura extrapolada e equivocada, converte o comportamento da maioria em certo, em verdadeiro. No máximo, podemos dizer que estes comportamentos normais são mais frequentes ou mais comuns do que aqueles que ficam nos extremos de uma amostra populacional observada – ainda assim, se convalidarmos o critério.

É possível equacionar ainda outros pontos desta análise: os modelos de normalidade podem desdobrar-se, converter-se em subnormalidades ou até se inverter. Exemplificamos: ao romper o modelo normal da heterossexualidade, a homossexualidade pode enquadrar-se como um modelo de subnormalidade. Assim como há heterossexual anormal, quem seria o homossexual anormal? Ou o homossexual já englobaria a anormalidade? A lógica não estaria sendo subvertida, apenas reformatada.

Poder-se-ia, num primeiro momento, concluir que buscamos problematizar a normalidade como critério objetivo e científico; ou, em oposição à normalidade como um critério subjetivo, o que é normal para uma pessoa não o é para a outra. O ponto nodal é a norma-verdade, um casamento entre a normalidade e a verdade, verdade não como conhecimento objetivo ou subjetivo em relação ao pensamento, mas verdade como obrigação de pensar de uma certa maneira, em uma certa época, em determinado lugar. As emergências discursivas de um período passam por utilizações ou reutilizações discursivas de gerações subsequentes, fazendo parte, assim, de uma história do presente.

As sexualidades *descritivas*, convertendo-se em sexualidades *prescritivas*, tornam-se sexualidades *normalizadas*, sexualidades *verdadeiras*. Portanto, este é o mecanismo estrutural e funcional das sexualidades estatísticas, presentes também nas ciências humanas.

Talvez a intenção tenha sido apenas denunciar a existência de critérios normativos de normalidades gerais e de normalidades específicas: normalidades masculinas e normalidades femininas, normalidades heterossexuais e normalidades homossexuais, enfim normalidades anormais e anormalidades normais. Ou, talvez, jogar com as palavras como se joga com números para ressaltar que pessoas não são números, as pessoas não são dados de espécie alguma.

Referências Bibliográficas

- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1995a.
- _____. “Sobre a história da sexualidade”. In: **Microfísica do poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HITE, Shere. **O Relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. **O Relatório Hite sobre a sexualidade masculina**. São Paulo: Difel, 1982.
- KINSEY, Alfred; POMEROY, Wardell & MARTIN, Clyde. **Conducta sexual del Varón**. México: Editorial Interamericana, 1949.
- KINSEY, Alfred; POMEROY, Wardell; MARTIN, Clyde; GEBHARD, Paul. **A Conduta sexual da mulher**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1954.
- MASTERS, William & JOHNSON, Virginia. **A Incompetência Sexual: suas causas seu tratamento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **A Conduta Sexual Humana**. 4 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. **A Resposta Sexual Humana**. São Paulo: Roca, 1984.
- PRADO Fº, Kleber. **Trajetórias para leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault**. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 1998.
- REICH, Wilhelm. **O combate sexual da juventude**. São Paulo: Edições Epopéia, 1986.
- REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SENA, Tito. **Uma análise de discurso sobre as enciclopédias sexuais das décadas de 80 e 90**. Monografia de Especialização em Educação Sexual, Florianópolis: UDESC, 1998.
- SENA, Tito. **Uma análise dos discursos sobre corpo e gênero contidos nas enciclopédias sexuais publicadas no Brasil nas décadas de 80 e 90**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Florianópolis: UFSC, 2001.
- SENA, Tito. **Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2007.
- VALENTINI, Norberto & MEGLIO, Clara di. **Sexo no confessionário**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974.